



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17080 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 02 - Ensino Médio

**O NOVO ENSINO MÉDIO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO POLITÉCNICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

Karina Cavassani Klappoth - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense\_Campus Camboriú

Liane Vizzotto - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense\_Campus Camboriú

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESC

**O NOVO ENSINO MÉDIO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO POLITÉCNICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

**Resumo:** O estudo investiga as contradições entre os preceitos do Novo Ensino Médio (NEM) e o conceito de educação ofertado pelos Institutos Federais. Com uma abordagem qualitativa e fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa analisa a implementação da Lei nº 13.415/2017 e revisões, que instituiu o NEM, e suas implicações, utilizando-se das categorias do ceticismo epistemológico e relativismo ontológico. A pesquisa, ainda em fase inicial, destaca como o NEM pode comprometer a qualidade da educação oferecida pelos Institutos Federais, enfraquecendo os componentes críticos e humanísticos do currículo integrado.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio. Educação Politécnica. Institutos Federais.

O NEM instituído pela Lei nº 13.415/2017, introduz mudanças significativas no sistema educacional brasileiro, promovendo uma formação flexível e orientada para os interesses do mercado. Este estudo tem como objetivo analisar as contradições entre os preceitos do NEM e o conceito de educação politécnica, que busca uma formação integral e crítica. Buscamos nas referências teóricas de Frigotto e Kuenzer elucidar o conceito de

politecnia, enquanto utilizamos as obras de Moura para compreender como os Institutos Federais aplicam o conceito de educação politécnica. Para avaliar os efeitos do NEM sobre os Institutos Federais, adotaremos as categorias de análise de Moraes (2009), a saber, o ceticismo epistemológico e o relativismo ontológico.

A pesquisa assenta-se na concepção teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético para entender a materialidade em sua totalidade, pois permite compreender o contexto histórico, político e econômico do NEM para além de sua aparência.

A lei é vista como uma expressão da lógica economicista e pragmática do capitalismo dependente, característica da hegemonia neoliberal e da cultura pós-moderna, marcada pelo fragmento, imediatismo e utilitarismo (RAMOS; FRIGOTTO, 2016). Portanto, o NEM é referido como uma contrarreforma ao longo deste trabalho.

A necessidade dessa pesquisa justifica-se por fornecer uma análise crítica e fundamentada sobre as transformações em curso do Ensino Médio Integrado ofertado pelos Institutos Federais. Nossa principal hipótese é que o avanço dos preceitos do mercado sobre a educação, materializados no currículo do NEM, impulsiona elementos como o pragmatismo no conhecimento científico, o foco no conhecimento útil e os subjetivismos, que contrastam com o conceito de politecnia.

O Ensino Médio no Brasil é um campo de constantes disputas, e a recente contrarreforma intensificou esses debates envolvendo sociedade civil, educadores e especialistas. Após o golpe político de 2016, a Medida Provisória nº 746 foi rapidamente convertida na Lei nº 13.415/2017 (SILVA, 2018), refletindo uma orientação neoliberal que alinha a educação às necessidades do capital e de um currículo que oferece uma formação "flexível" e precária que prioriza habilidades e competências, limitando a formação dos jovens ao mercado de trabalho (BRASIL, 2017; POSSAMAI, 2021). Essa ênfase, com foco no "saber fazer" coloca em segundo plano a educação integral e politécnica, transformando as escolas em "fábricas" de capital humano para o sistema produtivo capitalista (LAVAL, 2019).

Ao contrário da premissa conservadora neoliberal, entendemos que "é pela formação politécnica que se daria a formação intelectual, o que sugere que o conceito de politecnia pode abarcar a ideia de formação humana integral" (MOURA, FILHO e SILVA (2012, p. 6).

A desvalorização do conhecimento científico, especialmente impulsionada no governo Bolsonaro (2019-2023), enfraqueceu a educação crítica e emancipatória, impactando a formação dos estudantes. Moraes (2009) já havia alertado sobre a ameaça ao conhecimento e à ciência, enfatizando como o ceticismo epistemológico e o relativismo ontológico comprometem a capacidade das ciências de superar suas próprias contradições.

As mudanças na estrutura curricular e pedagógica trazidas pelo NEM, têm afetado diretamente o Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e suscitado debates, especialmente em relação ao conceito de educação

politécnica, que é central para a formação integral e crítica dos estudantes da classe trabalhadora.

A educação politécnica visa proporcionar uma formação abrangente e integrada, que articule a educação técnica e científica com uma visão crítica e emancipatória do mundo (MEC, 2007). A contrarreforma, entretanto, provoca inquietações quanto à desvalorização dos princípios politécnicos.

Sobre as contradições que a contrarreforma do Ensino Médio apresenta, Kuenzer (2017) chama atenção quanto a segmentação dos itinerários formativos, o que pode comprometer a formação integrada, essencial à educação politécnica. Além disso, ela destaca que a ênfase na formação rápida, para o mercado de trabalho, desvaloriza os componentes críticos e humanísticos do currículo, por meio da flexibilização da aprendizagem, cuja proposta da reforma assenta-se em narrativas de expansão do ensino “para atender às demandas de uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva” (KUENZER, 2017, p.337).

Esse tipo de entendimento vem obscurecer as intenções presentes nos discursos das reformas, contribuindo para que a busca pela verdade do conhecimento seja colocada à prova e secundarizada à revelia daqueles que, pelo poder econômico e político, criam narrativas pragmáticas e formatadas às suas próprias demandas.

Por isso, apresentamos dois conceitos fundamentais para compreendermos a relativização do conhecimento que pode impactar a politécnia: o ceticismo epistemológico e o relativismo ontológico.

Para Moraes (2009), citando Duayer (2006, p.120) do relativismo epistemológico deduz-se o relativismo ontológico, ou seja, da “[...] concepção de acordo com a qual idéias, teorias etc. opostas não podem ser objetivamente comparadas porque, da mesma forma que a beleza está nos olhos de quem ama, a verdade está na ótica de quem a afirma”.

A partir desse entendimento,

conclui-se a impossibilidade da verdade, a negação do real, do racional, da objetividade, enfim, da própria cognição do real. Ademais, põe-se em jogo a confusão entre duas importantes proposições acerca do conhecimento: a da neutralidade e da objetividade. Da admissão, da ideia de que o conhecimento não pode ser neutro, retira-se a ideia de que ele não pode também ser objetivo. Moraes (2009, p. 318).

Desta concepção, advém as polarizações sociais e que na educação se pautam em reformas que relativizam o conhecimento. Desse modo, um conjunto de orientações metodológicas surgem para modernizar a escola e seu currículo, mas que na verdade,

oportunizam a formação de itinerários formativos aligeirados e descontinuados, plataforma da educação, produção de conteúdo raso e pouco crítico, propícios para a formação de negócios.

Diante do compromisso dos Institutos Federais com a promoção de uma educação pública de excelência, em linha com os preceitos da educação politécnica, torna-se imprescindível analisar as contradições que a contrarreforma apresenta ao conceito de politecnia. Essa análise se torna essencial para compreender como as mudanças legislativas afetam não apenas a prática pedagógica, mas também a estrutura curricular de um modelo educacional que busca proporcionar uma formação integral e emancipatória aos estudantes (MOURA, FILHO e SILVA 2015).

Buscamos nas reflexões, apresentar elucidações que mostram como se pode transformar a verdade objetiva em subjetivações, cujas narrativas constroem uma outra lógica que se contrapõe a polictenia e caminha para interesses particulares. A análise também defende a educação politécnica no seu sentido originário, a saber, a ideia de formação humana integral com vistas à construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415/2017**. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 13 maio 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, no. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **A teoria tem consequências: indagações sobre o conhecimento no campo da educação**. Educação & Sociedade, v. 30, p. 585-607, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ZS6HLdsDxjnLbHqkW5hnh9w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 24.

MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos Leite Lima e SILVA, Mônica Ribeiro. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2015, vol.20, n.63, pp.1057-1080. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>. Acesso em: 06 jun. 24.

POSSAMAI, Tamiris. **Diretrizes Para o Ensino Médio Integrado do/no Instituto Federal Catarinense: O Percurso de Construção e Implementação, As Potencialidades e os Desafios**. 2021. 190 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) IFC Campus Camboriú, 2021.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Medida Provisória 746/2016**: a contrarreforma do Ensino Médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. Revista HISTEDBR, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 30–48, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Monica Ribeiro da. **O golpe no Ensino Médio em três atos que se completam**. In: AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. (org.). Políticas educacionais no Brasil pós-golpe. Porto Alegre: Universidade Metodista, 2018, p. 41-54.